



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

IRACEMA EULÁLIA CARNEIRO DOS REIS

**DESVENDANDO O BULLYING: UMA MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO DA
VIOLÊNCIA COM BASE EM REFLEXÕES E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2024

Iracema Eulália Carneiro dos Reis

Desvendando o Bullying: Uma Manifestação do Fenômeno da Violência com Base em Reflexões e Perspectivas Educacionais

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador (a): Prof. Dr. Márcio Bernarde de Carvalho

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R375d Reis, Iracema Eulália Carneiro dos.
Desvendando o Bullying: Uma Manifestação do Fenômeno da Violência com Base em Reflexões e Perspectivas Educacionais. / Iracema Eulália Carneiro dos Reis. – Miracema, TO, 2024.
33 f.
Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.
Orientador: Márcio Bernardes de Carvalho
1. Violências. 2. Contexto educacional. 3. Bullying. 4. Intervenção Pedagógica. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IRACEMA EULÁLIA CARNEIRO DOS REIS

DESVENDANDO O BULLYING: UMA MANIFESTAÇÃO DO FENÔMENO DA
VIOLÊNCIA COM BASE EM REFLEXÕES E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho – Orientador - UFT.

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho – Examinador - UFT

Prof. Dr. Antônio Miranda de Oliveira – Examinador - UFT

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão a Deus, em primeiro lugar, e a mim mesmo por não desistir. De coração, agradeço aos meus pais pelo apoio constante e incentivo ao longo da elaboração deste trabalho e aos professores Luciane e Domingos, Francisco assim como ao meu orientador Professor Marcio, e a todos que contribuíram significativamente para minha formação e para que eu pudesse alcançar este momento. Sou profundamente grato ao meu noivo pela motivação e compreensão durante os momentos em que precisei me dedicar intensamente à escrita desta monografia. Por fim, agradeço à minha amiga Maysa pelas palavras afetuosas e pelo seu apoio, assim como a todos os colegas que encontrei ao longo desta jornada.

RESUMO

O propósito desse estudo é aprofundar a compreensão dos conceitos e raízes históricas e sociais da violência e do Bullying. É imprescindível compreender plenamente a gravidade e os impactos destes problemas no âmbito das "violências nas escolas" para desenvolver políticas e práticas educacionais que fomentem um ambiente de aprendizagem seguro e saudável. Dessa forma, esta pesquisa busca responder à seguinte questão, quais são os fundamentos e a abrangência do fenômeno da violência no contexto educacional, apresentado pelo bullying nas escolas, e quais são as consequências para a formação profissional e social dos alunos? O estudo será realizado mediante pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa, com fundamentação em obras de autores como Modena et al. (2016), Abramovay e Rua (2002), Bispo et al. (2019) e outros. Por último, é cabível ressaltar que para compreender e lidar com o bullying e outras formas de violência, para fomentar uma cultura de paz, é imprescindível ensinar o respeito e a empatia em relação às diferenças e particularidades de cada indivíduo. Somente dessa forma será possível criar um ambiente escolar mais acolhedor. Assim, somente por meio de uma abordagem abrangente que integre os esforços das instituições educacionais e da comunidade, será viável eliminar as manifestações da violência e principalmente do bullying e estabelecer um contexto social seguro e justo.

Palavras-chave: Violências. Contexto educacional. Bullying. Intervenção Pedagógica.

ABSTRACT

The purpose of this study is to deepen the understanding of the concepts and historical and social roots of violence and Bullying. It is essential to fully understand the severity and impacts of these problems in the context of "violence in schools" to develop educational policies and practices that foster a safe and healthy learning environment. Therefore, this research seeks to answer the following question, what are the foundations and scope of the phenomenon of violence in the educational context, presented by bullying in schools, and what are the consequences for the professional and social training of students? The study will be carried out through bibliographical, descriptive and qualitative research, based on works by authors such as Modena et al. (2016), Abramovay and Rua (2002), Bispo et al. (2019) and others. Finally, it is worth highlighting that to understand and deal with bullying and other forms of violence, to foster a culture of peace, it is essential to teach respect and empathy towards the differences and particularities of each individual. Only in this way will it be possible to create a more welcoming school environment. Therefore, only through a comprehensive approach that integrates the efforts of educational institutions and the community will it be viable to eliminate manifestations of violence and especially bullying and establish a safe and fair social context.

Keywords: Violence. Educational context. Bullying. Pedagogical Intervention.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONCEITO DE VIOLÊNCIA	11
3	VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR	16
4	CONCEITO DE BULLYING	22
5	REFLEXÃO SOBRE ALTERNATIVAS PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA, ESPECIALMENTE O BULLYING, NAS ESCOLAS.....	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A escola é o local onde as crianças se encontram para interagir umas com as outras, sendo palco dos principais desafios sociais enfrentados por jovens e crianças, como o isolamento e o bullying. Essas questões sempre fizeram parte da sociedade e do ambiente escolar, porém, com a influência das mídias atualmente, esses problemas atingem níveis alarmantes de exposição.

Nos dias de hoje, a ideia predominante é a de que a sociedade humana nunca esteve tão imersa em tecnologia e rapidez como agora. Embora muitos indivíduos estejam evoluindo nesse cenário, há ainda um mundo que se mantém preso em antigos conflitos, guerras e crises humanitárias. Estas situações, por vezes, resultam no aumento de incertezas e fragilidade da saúde mental.

A trajetória da educação no Brasil, desde os seus primórdios em 1549, com a chegada dos jesuítas, não teve como objetivo educar para as diferenças, mas sim para o pensamento colonialista e, posteriormente, capitalista, focado, sobretudo, para a qualificação da mão-de-obra para o trabalho. Sendo assim, um dos principais desafios da educação tem sido o de formar indivíduos capazes de refletir e influenciar de forma crítica a sociedade.

Outrossim, os alunos são ensinados a seguir uma norma ou regras sociais, geralmente pautadas nos ditames da sociedade capitalista de consumo. O problema começa quando muitas pessoas não estão dentro do "padrão" socialmente aceito como o "correto". Nesse contexto, no ambiente escolar, acaba ocorrendo determinadas disputas de poder em busca de uma posição de privilégio.

Logo, os alunos que ocupam a posição de "superiores" aproveitam as diferenças existentes no espaço educacional, evidenciando as características negativas dos alunos considerados como diferentes, com preconceito e violência, perseguindo e humilhando aqueles considerados mais fracos. Nesse cenário, é possível perceber o bullying como uma das formas de violência bastante presente e preocupante.

Dado que a escola é um reflexo da sociedade, logo, o espaço escolar é um microcosmos do ambiente social em que vivemos, o que resulta na repetição de questões sociais como o racismo, o machismo, dentre outras questões de gênero e classe social. Dessa forma, os estudantes presenciam experiências em casa, na rua e em outros ambientes sociais que frequentam e, conseqüentemente, reproduzem os comportamentos observados no ambiente escolar.

Diante disso, os estudos e pesquisas sobre o fenômeno da violência que pode se manifestar na forma de bullying nas diferentes etapas da educação básica ou superior são cruciais para assegurar uma educação mais inclusiva, formando indivíduos capazes de dialogar criticamente sobre questões que dizem respeito à sua realidade social.

Como afirmam os autores Abramovay (2015) e Bispo et al. (2019) compreender a extensão e os efeitos desses problemas relacionados ao fenômeno das “violências nas escolas” é crucial para a criação de políticas e práticas educacionais que promovam um ambiente de aprendizado seguro e saudável. Diante desses aspectos, é possível formular a seguinte pergunta: Quais são os fundamentos e a extensão do fenômeno da violência no contexto educacional manifestado pelo bullying no contexto escolar e quais as consequências para a formação profissional e social dos estudantes?

O Bullying é uma violência complexa presente nas escolas. A lei contra o bullying já está incluída na LDB, a lei 13.185/2015, portanto, não deve ser considerada apenas como um projeto que se aplica à escola, mas deve ser adotado em diversos contextos sociais. No espaço escolar, o professor deve estar atento ao que ensinar aos alunos, de modo que aprendam a respeitar as diferenças uns dos outros, conhecendo-as e interagindo com elas.

Assim sendo, o bullying é considerado um fenômeno social, visto que não se limita a um grupo social específico, mas é um problema social, pois não é inerente à natureza biológica do ser humano, mas sim construído socialmente, ou seja, aprende-se a ser violento por meio dos mecanismos de sobrevivência que existem desde os tempos remotos da humanidade.

Como tal, ele se origina nas relações humanas, o que torna a forma de preconceito apresentada mais proeminente, já que sempre necessita de um público, que é o terceiro personagem nesse contexto, que geralmente assiste inerte, sem agir ou intervir de forma efetiva para evitar certas ações que prejudicam a vida de quem é vítima de bullying.

Portanto, é crucial compreendermos o problema e distingui-lo de outros tipos de comportamentos indisciplinados ou preconceitos que ocorrem pontualmente e sem muitas repetições no dia a dia, uma vez que o bullying é considerado uma prática recorrente e rotineira, com provocações frequentes.

Dessa forma, é perceptível que as consequências do bullying são perversas, a escola tem diversos problemas. Quando se pensa em violência nas escolas, o bullying aparece como principal causa, é o que podemos perceber nos últimos acontecimentos no Brasil, no mês de março de 2023 uma professora foi assassinada violentamente a facadas por um aluno que também deixou outras quatro pessoas feridas, infelizmente não podemos destacar o acontecimento como algo pontual, pois cada vez mais esse tipo de situação está presente no

ambiente escolar, o preconceito a exclusão escolar, o não reconhecimento das diferenças tudo isso incita a violência e a problemas como depressão e ansiedade nos jovens.

No entanto, não podemos considerar o fenômeno bullying como algo que se limita à escola, distante da realidade social, mas sim como uma das manifestações sociais da violência, que tem um panorama de significados diversos.

Como objetivo-geral elegemos o que segue: Compreender os conceitos e fundamentos históricos e sociais da violência e do Bullying, a fim de sugerir soluções alternativas para as escolas.

Para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa definimos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e descrever as diferentes formas de violência (física, psicológica, verbal etc.) e bullying que ocorrem no contexto educacional;
- Distinguir entre bullying e outros tipos de violência, especificando características e dinâmicas de cada um;
- Analisar o papel do ambiente escolar e das relações interpessoais na facilitação ou inibição de violência;
- Apresentar os fatores que contribuem para a ocorrência de violência e bullying no espaço escolar;

A pesquisa a ser realizada será bibliográfica, descritiva e qualitativa. A pesquisa bibliográfica consiste na compilação de informações sobre o tema pesquisado, e todo o material levantado é parte integrante da elaboração do trabalho, o que possibilita a elaboração de uma escrita complementar sobre o assunto (LAKATOS & MARCONI, 2003). Dessa forma,

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.183).

Ademais, a investigação descritiva tem como objetivo descrever características, comportamentos, atitudes, opiniões e fenômenos relacionados a um tema específico, com o intuito de descrever uma realidade específica, utilizando dados e fatos que ocorrem no contexto em questão. A pesquisa descritiva emprega diversas técnicas para obter informações, tais como

a aplicação de questionário, entrevista, análise de documentos, observações e o foco em grupos específicos a serem investigados, a fim de atingir o entendimento desejado sobre o tema em questão (LAKATOS & MARCONI, 2003). Assim,

O primeiro cuidado de pesquisador é o de descrever os dados obtidos, ou mais precisamente, caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações. Para tanto são utilizados recursos proporcionados pela Estatística Descritiva que proporcionam o que costuma ser chamado de análise univariada. Estes procedimentos possibilitam: (a) caracterizar o que é típico no grupo; (b) indicar a variabilidade dos indivíduos no grupo, e (c) verificar como os indivíduos se distribuem em relação a determinadas variáveis. (GIL, 2008, p.161).

De acordo com o Gil (2008), a análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos de fontes é, essencialmente, quantitativa. No entanto, isso não ocorre com as pesquisas caracterizadas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Os procedimentos analíticos são, sobretudo, de natureza qualitativa. Dessa forma, os dados da pesquisa qualitativa são organizados em textos, palavras, imagens, áudios e vídeos para se compreender um fenômeno de forma mais aprofundada.

Por fim, a base teórica desta pesquisa será baseada em fontes bibliográficas indicadas pelo orientador e outras pesquisadas pela orientanda, como livros, revistas, artigos já publicados, teses, sites que tratam do fenômeno da violência e do bullying no ambiente escolar. As obras de maior relevância sobre o tema bullying como uma forma de violência dentro da escola serão separadas para fins de fundamentação teórica.

Em seguimento, no capítulo 2. Conceito de violência: o objetivo é conceituar e apresentar os fundamentos históricos e sociais da violência. Já, no capítulo 3. Violência no contexto escolar: busca-se entender a manifestação da violência em um ambiente específico da sociedade, que é o contexto educacional.

Por conseguinte, no capítulo 4. Conceito de Bullying: o objetivo é identificar as principais causas e prejuízos que esse tipo de violência sistemática é capaz de ocasionar na aprendizagem e na subjetividade dos estudantes sendo vítimas ou agressores. No capítulo 5. Reflexão sobre alternativas para lidar com a violência, especialmente o bullying, nas escolas: o objetivo é refletir e apontar sobre as principais alternativas propostas dos autores que veem discutindo sobre o bullying e as violências nas escolas.

2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA

Este capítulo tem como objetivo conceituar e apresentar os fundamentos históricos e sociais da violência, apreendendo inicialmente sua abrangência social e sua manifestação em diferentes momentos históricas. Utilizaremos fontes bibliográficas, teorias e conhecimentos de autores como Modena et al. (2016), com base na perspectiva de Hanna Arendt, Wierviorka (1997) e Gonçalves & Chagas (2020), que relacionam as origens históricas da violência ao progresso da sociedade capitalista sob o olhar de Marx.

Diante disso, Modena et al. (2016, p.6), apontam que o conceito de violência apresenta uma complexidade e multifacetabilidade consideráveis, uma vez que suas origens estão enraizadas em diversos contextos sociais. Dado que a violência se manifesta de forma sistemática e social, é necessário pensar no autor, na vítima, nas testemunhas, nos profissionais de saúde, direito, na segurança pública e em outros agentes sociais. Dessa forma, a violência não tem um único fator, ou seja, há diversas formas de violência na sociedade historicamente construídas.

A violência, portanto, é uma ação intencional que pode causar danos físicos, morais e psicológicos, podendo resultar em vítimas fatais. Embora as discussões atuais considerem a violência como um fenômeno "novo" e que tem aumentado progressivamente, acredita-se que, em todos os períodos históricos da humanidade, houve diversas formas e manifestações de violência (MODENA, et al., 2016). De forma mais detalhada,

(...) A origem do termo violência, do latim, *violencia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas (...). (MODENA, et al., 2016, p.8).

Ainda conforme Modena et al. (2016), a violência é explicada pelos mitos de uma comunidade. No Brasil, as pessoas são tratadas de forma diferente de acordo com o seu status social ou raça, mas, ainda assim, a ideia de que não há violência é mantida. Sendo assim, considerando a realidade do Brasil, é possível concluir que as manifestações de violência estão profundamente relacionadas à formação histórica, social, política e econômica do país. Dessa forma, a colonização brasileira foi marcada por uma brutal violência. Como exemplo, os colonizados sofreram violência por parte dos colonizadores (WIEVIORKA, 1997).

Assim, no contexto atual, o termo violência é carregado de múltiplos sentidos e significados, havendo uma conexão significativa entre ética e violência. Alguns escritores se

opõem à relação entre ética e à violência, separando-as completamente. No entanto, outros argumentam que a violência é uma questão ética e que há uma intenção por trás de atos violentos (MODENA, et al., 2016). Logo,

Igualmente, é necessário considerar que o termo violência atualmente está na ordem do dia. Ele frequenta a mídia, está nas ruas e na internet. O senso comum refere-se a ele de modo simplificado e parcial. Mas é preciso examinar as condições de seu uso. A linguagem usada para falar da violência pode estar revestida de pressupostos ideológicos. Além disso, pode cair na armadilha das distinções e perder o sentido global. Quando questionado sob o ponto de vista ético, pode-se distinguir entre a violência possível e a necessária, entre os comportamentos aceitos e não aceitos socialmente; entre a violência legal e aquela que provoca o mal, a humilhação; entre a violência natural e aquela que impõe dor e sofrimento evitáveis. Essas classificações têm apenas o objetivo de esclarecer o conceito. (MODENA, et al., 2016, p.9).

A partir do prisma científico de estudo do fenômeno da violência, Modena, et al. (2016), apresentam os seguintes tipos de violência: a que pode ser provocada e gratuita, real ou simbólica, sistemática ou não sistemática, objetiva e subjetiva, legal e ilegítima, permanente e transitória (WIEVIORKA, 1997).

As teorias da violência têm como objetivo auxiliar na compreensão do fenômeno, então, de forma mais sucinta, as tipologias de violência podem ser classificadas como violência contra o adolescente, a mulher, o idoso, a violência de gênero, infrafamiliar, física, moral, patrimonial sexual, autoextermínio, psicológica, assédio moral, institucional, bullying etc. (MODENA, et al., 2016).

Contudo, nem sempre o fenômeno da violência é tão evidente para a sociedade e, até mesmo, para os indivíduos ou grupos que estão nas relações mais violentas. Dessa forma, uma das principais características da violência é a dominação, que se manifesta através do "poder", que pode ser desde a força física ou o poder coercitivo associado a figuras ou papéis sociais (WIEVIORKA, 1997). Nesse sentido,

(...) O declínio do movimento operário e a perda do lugar central das relações de produção industriais tornam improváveis a ideia de uma ligação entre importantes violências sociais e a inserção de seus agentes num conflito estrutural de classe, no sentido habitual da expressão. Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações. Nesse contexto, a violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos. (WIEVIORKA, 1997, p.7).

De acordo com Wierviorka (1997), as manifestações do “paradigma” da violência estão mudando, tornando-se cada vez menos objetiva, legitimando-se principalmente nas esferas políticas e sociais. Isso significa que, se não houver discussões suficientes ou pessoas que queiram mudar a forma como a violência é percebida, ela pode ser entendida de forma equivocada.

Na concepção de Hanna Arendt apresentada por Modena et al. (2016, p.12), há uma "confusão" entre poder e violência, uma vez que, em geral, compreendemos o poder como uma relação de dominação, na qual o mais forte domina o mais fraco, além disso, na relação ódio e violência, Arendt afirma que o ódio surge de situações que podem ser modificadas, logo, em alguns momentos a violência pode ser usada para equilibrar a balança da justiça.

Ainda segundo Arendt, a violência é essencialmente humana. Em determinados momentos, em curto prazo, pode ser um meio para alcançar direitos e mudanças, mas, em longo prazo, pode levar ao autoritarismo. A utilização da violência para manter o poder destrói a estrutura do poder que está ligada à coletividade (MODENA, et al., 2016). Portanto,

Pode-se igualar poder e violência, pode-se apresentar “a violência como última opção para que a estrutura de poder seja mantida”, pode-se sugerir que a “violência é um pré-requisito do poder”; entretanto, há um “vácuo entre teoria e realidade”, por isso, é melhor ilustrar o assunto com o exemplo da revolução. Tudo depende do “poder atrás da violência”. (ARENDR, 1985, p. 26). A desintegração do poder governamental pode dar origem às revoluções, porém, não necessariamente. São necessários situações e grupos de homens. (MODENA, et al., 2016, p.13).

Dessa forma, de acordo com Hannah Arendt, violência e poder são termos distintos, mas que, em determinados momentos, podem se relacionar umas com as outras, apesar de não serem conceitos idênticos. O cuidado com o uso legítimo da violência na reivindicação de direitos requer cautela para evitar a banalização (MODENA, et al., 2016).

Em geral, a compreensão da violência é associada à delinquência e à criminalidade. No entanto, essa compreensão acaba sendo muito limitada quanto ao que é realmente o fenômeno da violência. A violência é toda a forma de ação, pensamento e sentimento que reduz outra pessoa à condição de objeto. Sendo assim, o outro não é visto como uma pessoa, mas sim como algo a ser manipulado (MODENA, et al., 2016). Logo,

Após a caracterização da violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror, Chauí acrescenta que a violência se opõe à ética pelo simples e fundamental motivo de que se trata de seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, isto é, não são coisas. Portanto, a ética é inseparável do sujeito racional, livre, responsável, voluntário. (MODENA, et al., 2016, p.19).

Conforme Gonçalves & Chagas (2020), a compreensão da violência nas relações de produção no capitalismo foi crucial para a elaboração da crítica marxista ao capitalismo, que se baseia na exploração do ser humano, sendo o capital a forma como as pessoas distribuem suas riquezas na modernidade, sem se tornarem independentes.

De acordo com Marx, o desenvolvimento histórico do capitalismo iniciou-se com a queda do sistema feudal e desenvolveu-se através da exploração do trabalho, domínio de quem possuía o maior poder econômico e social. Além disso, o capitalismo separa os trabalhadores dos produtos do seu trabalho (GONÇALVES & CHAGAS, 2020).

(...) Dessa maneira, a acumulação primitiva do capital se constituiria basicamente num processo que dissociou os produtores das condições necessárias à sua subsistência. Marx (2013, p. 836) observa que “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalho dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista”(...). (GONÇALVES; CHAGAS, 2020, p.54).

Consoante as ideias de Conceição (2013), o qual apresenta a conceituação de violência a luz das concepções de Marx sobre o capitalismo, a violência é um fenômeno pelo qual o homem procura controlar e dominar os outros, assim, a violência esteve em todas as sociedades humanas. Por exemplo, o homem usou-se da força bruta para garantir as terras das comunidades primitivas, para aprisionar os vencidos e escravos, impor a escravidão no sistema feudal e disciplinar os trabalhadores na produção capitalista. Assim,

Constata-se que nas sociedades regidas pelo capital a única preocupação é favorecer a sua própria expansão e o acúmulo de riquezas. Para tanto, é necessário desfazer todos os entraves ao seu desenvolvimento, utilizando-se de qualquer meio disponível. O uso da violência é o recurso mais frequente que garante o retorno imediato e satisfatório para os objetivos da classe dominante. (CONCEIÇÃO, 2013, p.3)

Existe uma percepção muito difundida do senso comum de que a marginalidade e o crime são consequências da pobreza e da desigualdade social. Dessa forma, quanto maior a desigualdade de uma sociedade, maiores os índices de violência (CONCEIÇÃO, 2013). Mas, toda sociedade tem padrões subjetivos de consumo, realização e sucesso a serem alcançados. Os da sociedade capitalista são constantemente apresentados pela mídia através da (GONÇALVES & CHAGAS, 2020).

Desse modo, a busca constante pelo lucro torna o homem um mero instrumento no sistema capitalista, que criou uma sociedade de consumo, na qual as pessoas se concentram principalmente no ter, o que intensifica ainda mais a produção em massa e o consumo exagerado

e o acúmulo de bens. Quem não tem condições de arcar com os desejos gerados pelo consumo fica à margem da pobreza (GONÇALVES & CHAGAS, 2020).

Na dinâmica de grupos sociais que propagam os ideais de consumo, há indivíduos que são bombardeados diretamente com um ideal de aquisição e felicidade, mas não possuem poder aquisitivo suficiente para adquirir esses bens de consumo através do mercado capitalista de trabalho e emprego, o que facilita a busca por esses padrões através da economia informal, como crimes, roubos e outros (CONCEIÇÃO, 2013). Assim,

Essa realidade tem feito com que o fenômeno da violência se torne presente na pauta de diversas políticas de segurança pública nos mais diferentes países. Na Europa, o Projeto de Relatório sobre a Estratégia Europeia de Segurança, de 2004, traz resoluções no que diz respeito à instituição de políticas voltadas à segurança e defesa de seus países. A justificativa é que a pobreza é o único motivo da intensificação da violência, daí atribuir-se a sua exacerbação a causas externas ao caráter violento do capital, que subsume o homem a sua lógica do lucro a qualquer preço e o põe em situações de extrema vulnerabilidade (CONCEIÇÃO, 2013, p.6).

Apesar de não ser um fenômeno atual, o conceito de violência está intimamente relacionado à questão da globalização, que causou alterações significativas no ordenamento social, cultural, econômico e político (GONÇALVES & CHAGAS, 2020). Uma das consequências danosas do mundo globalizado é a migração, que resulta na superlotação das cidades, o que culmina no desemprego e conseqüentemente a pobreza (CONCEIÇÃO, 2013). Com base na concepção crítica da relação entre violência e sociedade capitalista, é sabido que,

Na atualidade, presencia-se uma intensificação do fenômeno da violência. O Estado e a sociedade têm buscado novas formas de respostas de enfrentamento a esse fenômeno, tendo em vista sua ameaça tanto para a vida cotidiana dos indivíduos – no âmbito social (assaltos, homicídios, sequestros etc.), quanto para a ordem do sistema vigente – no âmbito econômico, ao ameaçar a sua soberania. (CONCEIÇÃO, 2013, p.4).

Assim, a discussão acerca da violência tem sido amplamente empregada para explicar uma variedade de eventos distintos, buscando as mesmas causas e soluções para situações distintas. Assim, a questão da violência nas relações de trabalho no sistema capitalista naturaliza e banaliza a existência humana (MODENA, et al., 2016).

Em suma, a partir das diversas visões sobre a violência apresentadas por diferentes autores, é evidente que não há um conceito único de violência, mas sim diversas formas de expressão da violência. Além disso, apesar de a sociedade do século XXI, com a presença das tecnologias e das mídias, difundir a ideia de aumento da violência, é importante salientar que as manifestações da violência sempre estiveram presentes desde os primórdios da humanidade.

3 VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Após estabelecermos o entendimento sobre o conceito geral de violência, neste capítulo busca-se entender a manifestação da violência em um ambiente específico da sociedade, que é o contexto escolar, identificando os problemas e as possíveis causas, e evidenciando o bullying como uma das violências mais complexas e presentes nas escolas. Essa discussão será realizado com base nos estudos de Abramovay & Rua (2002), os quais tratam das “violências nas escolas”, no plural pois não se trata de apenas um tipo de violência, e outros autores como Bispo et al. (2019) etc.

A violência nas escolas tem sido amplamente discutida na sociedade, devido às diversas "violências" cometidas nas escolas. Parece contraditório que, em pleno século XXI, caracterizado pelo desenvolvimento tecnológico, econômico, político e bem-estar social do país e da sociedade, estejamos confrontados com o "problema" do fenômeno da violência que afeta a sociedade como um todo. Embora seja observado também nas escolas, não se limita ao ambiente escolar (BISPO, et al., 2019).

Conforme Abramovay & Rua (2002), a violência nas escolas é um grave problema social e tem se tornado um tema relevante de pesquisa na sociedade atual. Desde as primeiras publicações, houve uma série de discussões, especialmente devido à presença de armas nas escolas e à formação de gangues, que alteraram a rotina escolar e tiraram a reputação da escola como um ambiente seguro e acolhedor para os estudantes. Com isso,

A sociedade brasileira, por sua vez, vem-se deparando com um aumento das violências nas escolas, sendo diversos os episódios envolvendo agressões verbais, físicas e simbólicas aos atores da comunidade escolar, fato que despertou as atenções das diversas instâncias governamentais, dos organismos internacionais e da sociedade civil. (ADRAMOVAY; RUA, 2002, p.13-14).

Além disso, as autoras Abramovay & Rua (2002) discutem sobre o prisma das “violências nas escolas”, uma vez que há uma diversidade de manifestações dessas “violências” que podem ter diversas variações, graus, intensidade, causas e até mesmo permanência. Em primeiro lugar, as autoras salientam que o foco das pesquisas iniciais sobre o tema “violência” eram com relação às violências que os professores cometiam contra os alunos, em forma de castigos por indisciplina, dentre outras questões.

Devido à heterogeneidade na definição do termo "violências nas escolas", e ao fato de a escola ser considerada inicialmente um local de refúgio e paz, além da infância remeter a um período de pureza e inocência, há uma dificuldade em conceituar o tema "violências nas

escolas". Além disso, o ambiente, as pessoas, o contexto social e econômico também criam significados e conceitos para o tema "violências nas escolas" (ABRAMOVAY & RUA, 2002).

Nesse sentido,

Charlot amplia o conceito de violência escolar, classificando-a em três níveis: a. Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos; b. Incivilidades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito; c. Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferenças dos alunos. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.21-22).

Diante disso, as autoras Abramovay & Rua (2002) apontam que há um debate sobre a violência no ambiente escolar bastante polêmico e delicada, pois a tendência é enfatizar os fatores externos à escola, o que acaba por diminuir a responsabilidade do sistema escolar no combate às diversas formas de violência nas escolas. Dessa forma, é preciso ter em mente os diversos fatores que podem causar as violências, dentro ou fora da escola.

A princípio, o local onde os pais deixam seus filhos para que pudessem, por meio do conhecimento, se prepararem para a vida em sociedade é exatamente o mesmo onde eles enfrentam diversos tipos de violência. Anteriormente, acreditava-se que somente as escolas de periferia estavam sujeitas aos efeitos da violência. No entanto, é crucial enfatizar que a violência sempre esteve presente na história humana em todas as culturas e classes sociais (BISPO, et al., 2019). Paralelamente,

Assim, lidar com adolescente e jovem é um repensar da prática pedagógica. É necessário atentar-se para as mudanças que acontecem com o adolescente a fim de elucidar e questionar conceitos e significados sobre a realidade existente. Contudo, é preciso alertar sobre a influência da mídia na vida dos jovens, uma vez que habitualmente os modelos não condizem com a realidade, mas são agrupados pelos adolescentes, que se sentem seduzidos e influenciados. (BISPO, et al., 2019, p.160).

Bispo et al. (2019) sustentam que as instituições de ensino enfrentam dificuldades que impedem o aprendizado dos alunos desde o início do ensino fundamental. Além disso, um dos principais problemas é o consumo de substâncias ilícitas na escola, uma vez que as drogas são substâncias que podem alterar o funcionamento do organismo, além de causar alterações físicas, mentais e comportamentais, de acordo com as características pessoais do usuário.

Consequentemente, a violência que atinge diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, causa preocupação entre os educadores e desperta discussões a

respeito da criação de novas formas de lidar com a educação (ABRAMOVAY & RUA, 2002). Outro ponto a ser considerado é a violência que pode ocorrer entre os alunos, como o bullying, a violência física, sexual e outras que envolvem o professor e o aluno (BISPO, et al., 2019).

Logo, a violência atinge todos os membros de uma sociedade, o que tem como consequência os mecanismos de violência. No caso da escola, o "enfretamento" dessas formas de violência se dá, sobretudo, ao conhecer o espaço e a realidade onde a escola está inserida, compreendendo o contexto social em que esses indivíduos estão. Dessa maneira, os educadores devem se envolver com a comunidade, convidando-a a participar da estruturação do projeto político pedagógico (BISPO, et al., 2019). Inclusive,

A sociedade entende que seja compromisso do educador se preocupar com a disciplina e a responsabilidade de seus alunos. Para Piaget (1974), “o respeito constitui o sentimento fundamental que possibilita a aquisição das noções morais”. Consegue-se atingir a responsabilidade, desenvolvendo a cooperação, a solidariedade, o comprometimento com o grupo, criando contratos e regras claras, que precisarão ser cumpridas com justiça. (BISPO, et al., 2019, p.161).

Ainda consoante os autores Bispo et al. (2019), é importante que a escola se movimente para perceber as situações e conflitos que causam a violência, em suas diversas vertentes. Sendo assim, é importante conversar com outros temas como sexualidade, gênero, afetividade, drogas, dentre outros que podem ser considerados “pivôs” para as manifestações de violência. Com efeito, é possível criar formas de intervenção e enfrentamento à violência no ambiente escolar.

Saliente-se ainda que, é fundamental que os membros da comunidade de ensino participem do dia a dia e do planejamento da escola, pois, caso contrário, enfrentarão visões individuais sobre o espaço escolar, que nem sempre atende às demandas da comunidade em relação ao ambiente escolar e social. Sendo assim, é indispensável que o ambiente seja adequado para proporcionar uma experiência saudável para todos os envolvidos no processo (ABRAMOVAY, 2015). Além do mais,

O espaço onde a escola se localiza tem influência sobre o seu cotidiano e na percepção de segurança dos alunos e adultos. Aspectos como a infraestrutura urbana, o perfil dos moradores e o tipo de comércio são alguns dos fatores que podem interferir na visão sobre o bairro e sobre a própria escola. Além disso, podem facilitar ou dificultar o acesso à escola, melhorar ou piorar suas condições de segurança. Alteram, portanto, sua rotina, suas relações internas, bem como as interações entre os membros da comunidade escolar com o ambiente social externo. (ABRAMOVAY, 2015, p.14).

Sendo assim, a escola não é um local "neutro", logo, grande parte do que ocorre dentro dela é consequência de fatores externos (BISPO, et al., 2019). Pois, algumas das formas de violência que ocorrem fora da instituição de ensino são o crime organizado, o tráfico de drogas,

a prostituição, dentre outras que causam insegurança e medo em toda a comunidade escolar, tanto dentro quanto fora dela (ABRAMOVAY, 2015).

É de praxe que vivemos em uma sociedade violenta, onde a violência está presente em todos os setores sociais. Sendo assim, o indivíduo pode ser considerado um “hospedeiro” da violência. Quando os sujeitos entram em ambientes sociais, como a escola, a violência pode acabar se “alojando” nesse espaço que deveria proporcionar a educação e o desenvolvimento, mas acaba fomentando atitudes que agridem a vida do outro (ABRAMOVAY, 2015).

Em vista disto, uma das principais causas para essa “eclosão” da violência é a competitividade, uma característica bastante presente na sociedade atual, onde o que se sobressai e chama a atenção é o que tem mais poder e possibilidade de aparecer (BISPO, et al., 2019). A escola é um dos principais meios sociais para criar esse destaque, contudo, em comunidades onde a escola não permite isso, o indivíduo acabará por usar a violência para se destacar (ABRAMOVAY, 2015).

A autora Abramovay (2015) define o tipo de “violência dura” como algo que causa danos irreparáveis aos indivíduos que sofrem de alguma forma as consequências de tais manifestações violentas. Às vezes, essa subcategoria de violência pode indicar que algo está errado com aquele ambiente social, como, por exemplo, a ruptura do sistema devido à dificuldade de lidar com as disparidades sociais. Com efeito,

Um exemplo de “violência dura” que se encontra no código penal, as ameaças presentes em todas as escolas mostram-se sob várias formas e intensidades, podendo causar danos físicos e morais para as vítimas. Constituem um indício dos níveis de violência que ocorrem nos estabelecimentos e não podem ser considerados eventos de menor peso, pois alimentam o abuso de poder do agressor e o medo da vítima. A ameaça consta no Código Penal Brasileiro, artigo 47, o que a caracteriza como um ato cujo objetivo é intimidar, amedrontar e criar situações de insegurança. (ABRAMOVAY, 2015, p.14).

Em suma, as ameaças que surgem das manifestações de violência naturalizada entre os alunos podem causar problemas na aprendizagem escolar, com o comprometimento dos alunos com a escola e, até mesmo, no desempenho dos profissionais de educação. Outras formas de “violência dura” que ocorrem na escola, conforme Abramovay (2015), são a violência física, de gênero, furto e briga.

Por outro lado, é crucial que a escola disponha de recursos para que o aluno que sofre com a violência possa se destacar e se sentir protegido, uma vez que nem todos os estudantes estão em lugares que oferecem segurança. Sendo assim, é crucial que a escola forneça a

sensação de segurança, tanto no espaço físico quanto nas relações que surgem durante a convivência (POSSA & BRASIL, 2022). Portanto,

A violência na escola faz parte de uma rede de conexões intersistêmicas (VASCONCELLOS, 2018), nas quais ganha sentido, e a configura em um dos grandes desafios da atualidade. Ficam cada vez mais evidentes as relações entre a violência e os processos de exclusão social e, a partir desta, os efeitos na escola, onde a exclusão não é apenas uma categoria do sistema e dos processos globais, mas uma das dimensões da experiência escolar dos alunos e, da mesma forma, dos professores. (POSSA; BRASIL, 2022, p.286).

Apesar de a violência ser um fenômeno que afeta todos os setores das sociedades, existem dados recentes do IBGE que demonstram um maior número de casos de violência em grupos sociais que estão em extrema pobreza. Bem como, as diferenças étnicas e raciais, aliadas ao modelo conservador e colonizador de privilégios e o padrão social de consumo chegam às escolas e permitem a manifestação da violência de diversas formas (POSSA & BRASIL, 2022).

Por conseguinte, a escola revela as diferenças de contexto social onde a criança, adolescente ou adulto vivem, culturais, políticas e religiosas, justamente por ser o local de encontro dessas diferenças entre os indivíduos, é crucial que a gestão da escola e todos os professores conheçam a realidade em que os alunos estão inseridos, para, assim, transformar a escola em um centro de referência na sociedade em que está inserida (POSSA & BRASIL, 2022).

Segundo Possa & Brasil (2022), a escola não deve ser considerada apenas como um local para a obtenção de notas ou de um certificado, mas como um contexto em que as questões daquela comunidade possam ser discutidas de forma saudável, permitindo a transformação da sociedade como um todo. A escola deve lidar com os conflitos e desafios que surgem da sociedade, requerendo a colaboração dos professores, pais, alunos e todos os atores sociais. Isto é,

Ao olhar para o que vem sendo produzido sobre a violência na/da escola, a partir de diferentes perspectivas, considera-se que pensar a violência tem relação direta sobre como se aportam formas e modos de pensar. Em como, na escola, vem-se estabelecendo um modo de conhecer e interpretar e, com isso, produzir significados para as coisas que acontecem, compreendendo que as escolhas de como se conhece também produzem os significados para a violência na/da escola. As escolhas que se faz para interpretar o real e produzir uma realidade constituem os discursos sobre a(s) violência(s) num ou em outros panoramas de significados que estão à disposição, através das epistemes, que a(s) contornam e a(s) formam. (POSSA & BRASIL, 2022, p.293).

Então, a violência na escola é um problema com muitas definições distintas, portanto é crucial deixar de lado a ideia de que escolas em locais violentos são necessariamente mais

violentas, enquanto escolas em bairros seguros não apresentam violência. Portanto, é crucial compreender a violência na escola como um efeito das questões que ocorrem na sociedade (POSSA & BRASIL, 2022).

Em síntese, existe um consenso entre os autores mencionados de que o espaço ao redor da escola tem um impacto significativo nos acontecimentos e situações relacionados à violência, tais como a formação de grupos criminosos e o comércio de substâncias ilícitas. Contudo, é essencial que os professores realizem intervenções pedagógicas que incorporem a colaboração da família na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, com o objetivo de promover a integração da comunidade local no planejamento educacional, a fim de prevenir a ocorrência de atos violentos, sejam eles internos ou externos.

4 CONCEITO DE BULLYING

Compreendendo que o bullying é uma das diversas manifestações da violência nas escolas, o objetivo desse capítulo é identificar as principais causas e prejuízos que esse tipo de violência sistemática é capaz de ocasionar na aprendizagem e na subjetividade dos estudantes sendo vítimas ou agressores, apresentando também a Lei antibullying nº 13.185 de 2015. Através do estudo das fontes de Silva (2015), Pereira (2012) e Francisco & Coimbra (2015) que discutem o conceito de bullying de perspectivas distintas.

O livro "Bullying: Mentis perigosas nas escolas" Silva (2015), apresenta considerações relevantes sobre o conceito de bullying. Assim, são abordados diversos casos reais que a autora, que possui experiência clínica, atendeu, analisando os atendimentos tanto das vítimas quanto dos agressores, tanto ativos quanto passivos, e como todas essas agressões causadas por Bullying afetam a convivência no ambiente escolar e em geral em suas vidas em curto, médio e longo prazo, resultando em problemas psicológicos graves e até mesmo em casos de suicídio. Nas palavras da autora,

A palavra bullying até pouco tempo atrás era pouco conhecida do grande público. De origem inglesa, é utilizada para qualificar comportamentos violentos no âmbito escolar, tanto de meninos quanto de meninas. Entre esses comportamentos, podemos destacar agressões, assédios e ações desrespeitosas realizados de maneira recorrente e intencional por parte dos agressores. É fundamental explicitar que as atitudes tomadas por um ou mais agressores contra um ou alguns estudantes geralmente não apresentam motivações específicas ou justificáveis (...). (SILVA, 2015, p.13).

Então, as brincadeiras saudáveis fazem parte do dia a dia dos alunos, mas, quando essas brincadeiras têm a intenção maldosa de ferir o outro, ultrapassando os limites suportáveis para um indivíduo, isso se torna uma forma de violência, sendo, portanto, um problema de saúde pública (SILVA, 2015). O bullying é considerado um problema sério em praticamente todas as escolas em todo o mundo (PEREIRA, 2012).

Silva (2015) aponta que existem diversas estratégias para combater a violência nas escolas, logo, os educadores devem ter consciência de que o bullying é uma realidade e se preparar para orientar os alunos para evitar episódios recorrentes de violência. A escola é o lugar onde mais se pratica bullying, portanto, todos os professores e funcionários devem estar atentos para identificar as vítimas e os agressores.

Acompanhamos, frequentemente, a explosão de comportamentos agressivos e transgressores na escola por parte dos alunos (SILVA, 2015). As instituições de ensino têm que lidar com o bullying, que, apesar de existir nas escolas, atualmente atinge proporções muito

mais graves. Isso mostra o quanto a sociedade é intolerante com as diferenças e espalha-se preconceitos dentro e fora da escola (PEREIRA, 2012).

Ainda conforme Silva (2015), se a vítima de bullying já apresenta algum tipo de problema psicológico ou mental, isso pode se agravar, o que pode resultar em transtornos psíquicos ou comportamentais que, em muitos casos, podem ser irreversíveis. Os sintomas podem ser físicos, como dores de cabeça, cansaço excessivo, náuseas, dificuldade para concentrar, insônia, diarreias, sensação de nó na garganta, desmaios e calafrios.

Ademais, os transtornos do pânico, ansiedade, fobia social e fobia escolar podem surgir quando a criança desenvolve um medo excessivo de comparecer à escola, o que pode resultar em reprovação por faltas e até mesmo evasão escolar. Segundo Silva (2015), é possível afirmar que grande parte das pessoas já foram ou podem ser vítimas de hostilidade repetitiva e intencional em algum momento de suas vidas.

Portanto, os “valentões” não estão somente nas escolas, podem ser encontrados em qualquer segmento da sociedade. Os bullies juvenis também crescem e são encontrados nas versões adultas no âmbito familiar, podem ser identificados na figura de pais, cônjuges ou irmãos dominadores, manipuladores e perversos, capazes de destruir a saúde física e mental e a autoestima de seus alvos prediletos (SILVA, 2015, p.14).

Logo, o bullying é um problema sério que pode ter um grande impacto na aprendizagem dos indivíduos que sofrem dessa forma de violência. De acordo com Pereira (2012), é necessário abordar a origem do problema, trabalhando a autoestima dos jovens para lidar com suas diferenças pessoais. Dessa forma, o jovem aprende a olhar para si mesmo e perceber suas qualidades, deixando de ser considerado inferior e vítima (PEREIRA, 2012).

Em relação aos agressores, eles não são criminosos. É papel da escola, professores e pais orientar e ensinar valores morais corretos de respeito às diferenças, também orientar as pessoas que são testemunhas dos atos de violência a não se omitirem e agirem para evitar novos (PEREIRA, 2012). Á vista disso,

A escola precisa voltar a assumir seu papel de ambiente acolhedor, pacífico e de aprendizagem. A família precisa estar mais presente na vida das crianças e jovens, propiciando um ambiente tranquilo e seguro, com exemplos de vida concretos para gerar indivíduos saudáveis em todos os sentidos. Quanto à mídia, cabe à família e à escola desmistificar o papel que ela exerce sobre as pessoas, inculcando nas crianças e jovens novos horizontes, ensinando a tirar proveito do que a mídia oferece de bom, usando senso crítico para estabelecer critérios de avaliação para os programas oferecidos. (...). (PEREIRA, 2012, p.40)

Analogamente, a Lei 13.185 é uma lei recente, criada em 2015, que define o bullying como uma forma sistemática de intimidação que envolve violência física ou psicológica, incluindo atos de humilhação, discriminação e intimidação, além de insultos pessoais, apelidos pejorativos, isolamento consciente e premeditado e ameaças frequentes.

Esta lei é uma alteração do artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, que estabelece duas obrigações adicionais para todos os estabelecimentos de ensino, tanto para escolas públicas quanto privadas. Todas as escolas devem, obrigatoriamente, implementar um programa escolar contra a violência, especialmente o bullying. No inciso 10º, fica claro que a escola precisa promover iniciativas específicas para fomentar a "cultura da paz".

Em síntese, a implementação de programas contra o bullying nas escolas é interessante e pode ajudar a lidar com as questões de forma diferente, descobrindo formas de apoiar a vítima e compreender o que a motivou a agir de forma violenta. É necessário compreender a importância de cada ator envolvido com atos de violência e orientá-los para que atuem de forma correta (PEREIRA, 2012).

Em contrapartida, as ideias apresentadas por Silva (2015) e Pereira (2012), os autores Francisco & Coimbra (2015), conduziram uma pesquisa distinta fundamentada na psicologia histórico-cultural, analisando as percepções que seis estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo têm a respeito do que é o bullying.

De maneira sucinta, os autores Francisco & Coimbra (2015), constataram que os alunos têm conhecimento de que há bullying na escola, mas suas representações ainda são bastante simplificadas. Portanto, é crucial que as crianças compreendam as razões do bullying e os efeitos do modelo de sociedade atual. É crucial lembrar que o bullying e outras formas de violência só aumentam a sensação de insegurança no ambiente escolar.

Com efeito, o enfoque da psicologia histórico-crítica é relevante porque analisa as percepções dos indivíduos em conjunto com o contexto histórico em que foram construídos. Ou seja, a consciência humana, construída através dos aspectos sociais e culturais, é, então, compreendida de forma metodológica a partir da realidade concreta (FRANCISCO & COIMBRA, 2015). Consoante a perspectiva histórica-crítica, a violência é compreendida da seguinte forma,

Diante desse panorama em que as desigualdades sociais ficam evidentes, intensificam-se situações em que os conflitos, a não tolerância ao outro e a ausência de diálogo ganham força, justificando e potencializando situações tidas como violentas, no que concerne ao seu processo de naturalização. Destarte, diversos espaços de socialização se configuram como ambientes propícios para que essas

ocorrências adquiram sustentabilidade e mobilidade. Há que se ponderar que a violência é um fenômeno complexo, histórico e engendrado em múltiplas facetas. Todavia, no referencial epistemológico em questão, a desigualdade social é tida como elemento central, ao passo que garante uma leitura mais estrutural da realidade frente à antinomia inclusão/exclusão (Frigotto, 2010; Vêras, 2001). (FRANCISCO & COIMBRA, 2015, p.185).

Nesse sentido, o bullying pode ser definido como um conjunto de comportamentos que são eminentemente humanos e socialmente formados. Apesar de ser um conceito recente nas pesquisas acadêmicas, ele tem uma presença constante nos espaços escolares. Dessa forma, apesar de o número de estudos ter aumentado ao longo das últimas décadas, existe uma competitiva concepção reducionista a respeito do bullying (FRANCISCO & COIMBRA, 2015).

Os autores Francisco & Coimbra (2015) apontam que os pesquisadores brasileiros tendem a atribuir o bullying ao campo individual como algo inerente ao sujeito. Essa visão individualista prejudica as discussões e não ajudam a entender , a violência dentro do contexto social onde estão presentes as diferenças sociais.

Assim, as análises sobre o bullying no contexto escolar não devem focar apenas nos envolvidos, em responsabilizar os agressores e vítimas, como se estes fossem os responsáveis por provocar ou sofrer bullying, mas também observar a estrutura social que estão presentes as manifestações da violência e do bullying (FRANCISCO & COIMBRA, 2015).

Resumidamente, é de conhecimento geral que o bullying se caracteriza como uma forma sistemática de intimidação. Assim como ocorre em muitos outros tipos de violência, há um agressor que geralmente é mais forte e que faz uso do seu "poder", seja ele derivado da força física ou da popularidade, para humilhar e provocar aqueles que se encontram em situação de inferioridade ou vulnerabilidade.

De modo sucinto, o bullying pode se manifestar em diferentes locais, podendo ter início em casa com pais que adotam comportamentos abusivos. Apesar de muitos estudos e pesquisas de renomados especialistas em educação, a escola e a sociedade frequentemente simplificam o bullying, tratando-o como algo trivial, como se fosse apenas uma brincadeira infantil ou mera indisciplina escolar.

5 REFLEXÃO SOBRE ALTERNATIVAS PARA LIDAR COM A VIOLÊNCIA, ESPECIALMENTE O BULLYING, NAS ESCOLAS

O ponto focal deste capítulo é refletir e apontar sobre as principais alternativas propostas por autores que veem discutindo sobre o bullying e as violências nas escolas, assim, essa discussão escabele-se metodologicamente por intermédio das conclusões e apontamentos de referências como Abramovay & Rua (2002), Nunes (2021) e Fante (2005).

As consequências e os resultados das violências e bullying nas escolas são desastrosas, que vão desde o sentimento de revolta, dificuldades na aprendizagem até a evasão escolar, depressão, suicídio etc. Dessa forma, com base no estudo de Abramovay & Rua (2002), as ações que a comunidade, alunos, pais e professores consideram mais eficientes são o aumento do policiamento ao redor da escola e o diálogo entre todos os membros da comunidade escolar. Em uma perspectiva mais ampla,

Nos grupos focais, os alunos priorizam a presença policial na escola e em suas imediações, mas exibem também postura crítica em relação ao tipo de polícia existente e a forma de segurança oficial feita nas imediações e nas escolas. Do mesmo modo como vários alunos chamam pelo policiamento, também muitos sublinham o seu descrédito: *Hoje em dia, se o policial pegasse esse cara, só ia enfiar ele dentro do carro e soltar. Para fazer a minha própria segurança, se depender dele, estou morto, né?* (...) O diálogo foi qualificado nos grupos focais com estudantes como relações diretas entre professora, diretoria e alunos: (...) *Eles estão sentindo o que a gente est. fazendo aqui agora: conversar sobre o assunto. Porque conversando a pessoa deixa de pensar besteira, deixa de querer fazer justiça com as próprias mãos. É compartilhar os problemas.* (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 69).

Além disso, uma das estratégias adotadas atualmente e que tem se mostrado relevante para lidar com o bullying e outras violências nas escolas é o trabalho dos psicólogos, psicopedagogos e neuropedagogos, que têm como objetivo trabalhar questões relacionadas à autoestima e preconceitos sob uma perspectiva exclusivamente psicológica e individual, distanciando-se da perspectiva social (ABRAMOVAY & RUA, 2002).

Dada a diversidade de conceitos aplicados à violência, e que ela não é um fenômeno exclusivo da escola, o corpo docente deve agir de acordo com o fato de que as violências não estão apenas ligadas aos projetos pedagógicos. Contudo, a escola não pode negligenciar os problemas causados pelo bullying ou qualquer outra forma de discriminação ou violência (NUNES, 2021).

Ademais, é comum que haja conflitos e questões de convivência na escola, assim como em qualquer outro ambiente. No entanto, quanto mais bem os indivíduos lidam com suas relações interpessoais e com os outros indivíduos que socializam, melhores serão as condições

de convívio (NUNES, 2021). Nesse contexto, a escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento do respeito, cooperação, solidariedade e erradicação da violência e construção de uma cultura de paz (ABRAMOVAY & RUA, 2002). A escola pode atuar,

Nesse sentido, a escola precisa ensinar para a vida, e isso pressupõe preparar as crianças e os jovens com um conjunto de habilidades sociais e de instrumentos necessários para que possam desenvolver uma equilibrada autoestima, tomar decisões responsáveis, relacionar-se adequadamente com os demais, resolver conflitos de forma e adequada, entre outros (Fernandez, 2005). (...) Por Isso é tão importante nos dias atuais o aprendizado de habilidades que favorecem: autoafirmação, melhorem a comunicação, promovam a cooperação, levem, boa convivência social, aprimorem as relações interpessoais e solucionem pacificamente os conflitos (...). (NUNES, 2021, p.33).

Então, uma das alternativas que requer da escola a responsabilidade de ensinar a "aprender a ser" foi estabelecida no relatório Delors da Unesco, em 1993, por meio da Comissão Internacional de Educação do Século XX. Dessa forma, além de ensinar conteúdos, formar para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho, a educação institucional deve contribuir para o desenvolvimento integral dos sujeitos (NUNES, 2021).

Apesar de a policiamento ser considerada uma opção viável para uma grande parte da sociedade, de acordo com Abramovay & Rua (2002), considerando o princípio da "cultura de paz", é necessário que sejam encontradas soluções mais tolerantes e não-militares para resolver conflitos desde sua origem, através do diálogo e da mediação, de modo a inibir os mecanismos da violência antes que eles tomem proporções alarmantes. Á vista disso,

A Cultura de Paz pressupõe o combate às desigualdades e exclusões sociais e o respeito aos direitos de cidadania. A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais respeitados, com conhecimento de pedagogia, cabendo ao poder público investir na formação e reciclagem destes profissionais, como, também, adotar estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres do professor. (ABRAMOVAY & RUA, 2002, p.73).

Além disso, é indispensável que se eduque para o respeito a diversidade cultural, religiosa e social que existe em nossa sociedade. Dessa forma, a implementação de políticas públicas que levem em consideração as particularidades da comunidade em que a escola está inserida é crucial (ABRAMOVAY & RUA, 2002). Logo, o ensino interdisciplinar e plural é um dos pilares para construir uma atmosfera de “pertencimento”, que também pode ser gerado através da conexão escola e comunidade (NUNES, 2021).

Conforme Santos & Costa (2019), outra opção que tem se mostrado bastante eficaz é a aplicação da “justiça restaurativa”, que consiste em métodos restaurativos para lidar com conflitos causados pelo bullying e outras violências. Ao contrário do sistema jurídico

tradicional, as práticas restaurativas buscam ouvir todos os envolvidos nas situações de conflito e restaurar a paz e a conexão entre os indivíduos envolvidos.

Porém, é preciso, antes de iniciar qualquer tipo de intervenção, que as pessoas estejam cientes de que o fenômeno da violência e do bullying não é uma brincadeira e está presente nas escolas, independentemente da classe social e das referências culturais dos estudantes. (FANTE, 2005). Uma característica interessante da justiça restaurativa é a equiparação do "poder" entre as vítimas, os agressores e outros envolvidos, de modo a estabelecer um diálogo respeitoso entre todos (SANTOS & COSTA, 2019). Contudo,

É necessário que se esclareça um ponto importante. Justiça Restaurativa e Práticas Restaurativas não são a mesma coisa, visto que, as práticas antecedem a Justiça Restaurativa; Práticas Restaurativas são as reuniões familiares, os círculos restaurativos, reuniões restaurativas, círculos de construção de paz. Já a Justiça Restaurativa abrange uma vasta quantidade de práticas e programas que trazem consigo uma forma humanizada de tratar o conflito, o crime, a violência, procurando atender também a necessidade das vítimas. Há opiniões diferentes sobre o que de fato é a Justiça Restaurativa, algumas acreditam ser um processo de encontro, uma metodologia de trabalhar com o crime e a injustiça envolvendo os interessados na decisão; outras dizem ser uma mudança do entendimento do que é justiça que visa, ao ignorar o dano ocasionado pelo crime, reparar ao contrário de impor uma pena; há também quem entenda que significa um conjunto de valores voltados à cooperação e à resolução da situação conflituosa, uma forma de concepção reparativa (DIEHL; PORTO, 2016). (SANTOS; COSTA, 2019, p.8).

Assim, ao tratar os problemas escolares apenas com base no direito penal, em determinados momentos, não se dá a devida atenção e sensibilidade às vítimas e envolvidos em situações de violência, especialmente em situações de bullying, que são complexas e sistemáticas. Dessa forma, as práticas restaurativas têm como objetivo tratar de onde os problemas surgem, incluindo o diálogo com os pais, professores e alunos (SANTOS & COSTA, 2019).

Segundo Fante (2005), a formação continuada dos profissionais da educação é crucial para melhor lidar com o bullying, uma vez que existem diversas situações de violência sistemática bastante complexas, como comportamentos agressivos mútuos. Nesse contexto, a mediação do educador é necessária para conciliar e intervir de forma pacífica e preventiva. Portanto,

Inúmeras iniciativas antibullying vêm sendo desenvolvidas nas mais diversas partes do mundo, visando sempre à melhoria da competência dos profissionais e da capacidade de interação social nas relações interpessoais, além da estimulação de comportamentos positivos, cooperativos e solidários. Tais iniciativas veem as escolas como sistemas dinâmicos e complexos, possuidoras de suas próprias peculiaridades, devendo-se respeitar as características culturais e sociais de seus componentes (...). (FANTE, 2005, p.92).

Logo, a atuação do pedagogo na educação infantil é o primeiro passo para o desenvolvimento das atitudes e competências necessárias para uma melhor convivência social. Sendo assim, a escola deve encorajar o desenvolvimento de valores e atitudes éticas que valorizem a tolerância e a solidariedade entre os indivíduos (FANTE, 2005).

De maneira sucinta, segundo os estudos dos autores selecionados para a discussão, a comunidade escolar, incluindo pais, responsáveis e alunos, valoriza o policiamento como um meio essencial para combater a violência nas escolas. No entanto, educadores e especialistas em educação sustentam que é possível recorrer a práticas de mediação de conflitos e, sobretudo, ao diálogo, como alternativas antes que a violência e o bullying exijam intervenção policial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o bullying como manifestação do fenômeno da violência revelou-se crucial para compreender suas dinâmicas complexas e impactos profundos na comunidade escolar. Ao longo desta monografia, exploramos as diversas formas e manifestações desse fenômeno, destacando sua natureza multifacetada que afeta não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também os ambientes dentro e fora da escola.

As reflexões e perspectivas dos diferentes autores selecionados permitiu-nos perceber que o bullying não é um problema isolado, mas sim um reflexo de questões mais amplas da sociedade em que vivemos como a desigualdade, exclusão, gênero, racismo e disparidades existentes na sociedade e no espaço escolar.

É evidente que propostas pedagógicas assertivas são fundamentais para lidar com o bullying e demais violências as quais existem na escola. Estratégias que promovem a empatia, o diálogo entre família e escola, na própria construção do projeto político pedagógico, a inclusão e o respeito são essenciais para criar ambientes escolares seguros. Além disso, programas de intervenção precoce e contínua, aliados a políticas institucionais claras e eficazes, desempenham um papel crucial na prevenção e no combate ao bullying.

Em consonância, é importante considerar também a capacitação inicial e continuada dos educadores, uma vez que, a preparação para lidar com os desafios presentes na realidade da maioria das escolas e das crianças da atual sociedade é fundamental. Os alunos contemporâneos estão mergulhados no universo tecnológico, consumindo uma ampla gama de conteúdos digitais, o que pode resultar em dificuldades no enfrentamento de conflitos e na habilidade de conviver com a diversidade, levando assim à formação de comportamentos agressivos.

Em síntese, podemos afirmar que para compreender e lidar com o bullying e outras formas de violência, é necessário um trabalho em conjunto de todos os membros da comunidade escolar, como educadores, pais, gestores e alunos. Apenas por meio de um compromisso coletivo poderemos estabelecer ambientes educacionais que sejam genuinamente inclusivos, garantindo o respeito à diversidade de cada indivíduo.

Em última análise, é viável dizer que a integração de ações contra o bullying e a promoção de um ambiente escolar seguro requer acompanhamento contínuo e avaliações regulares das práticas pedagógicas adotadas. Assim, a coleta e análise de dados sobre a incidência de bullying, junto com a revisão periódica das estratégias, são fundamentais para ajustar as abordagens e garantir a eficácia das iniciativas.

Por fim, é essencial que a sociedade amplie o diálogo sobre violência e bullying além do ambiente escolar, envolvendo a comunidade em discussões mais amplas. Promover a conscientização no contexto educacional, pode ajudar a construir uma cultura mais respeitosa e empática. Apenas por meio de uma abordagem holística, que una esforços escolares e comunitários, será possível erradicar as causas da violência e criar um ambiente social seguro e equânime.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas Escolas | Programa de Prevenção à Violência nas Escolas. Violências nas Escolas – 2ª Edição.** Brasil. 2015. Disponível em: <https://biblioteca.flacso.org.br/?publication=violencias-nas-escolas-programa-de-prevencao-a-violencia-nas-escolas>. Acesso em: 25/05/2024.

ABRAMOVAY, Miriam. RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas/Brasília: UNESCO Brasil, REDE PÍTAGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por. Acesso em: 26/05/2024.

BISPO, Laudence Barbosa. Et al. A Violência Escolar: Desafios no Educar. **Diversitas Journal.** Santana do Ipanema/AL. vol. 4, n. 1, p.159-171, jan./abr. 2019. Disponível em: http://www.kentron.ifal.edu.br/index.php/diversitas_journal. Acesso em: 30/05/2024.

CONCEIÇÃO, Clarisse Maria da. **O Fenômeno da Violência. a forma de enfrentamento do Estado na contemporaneidade.** VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão/ Brasil. 2013.

FRANCISCO, Marcos Vinicius. COIMBRA, Renata Maria. Análise do Bullying Escolar sob o Enfoque da Psicologia Histórico-cultural. **Estudos de Psicologia.** 20(3), julho a setembro de 2015, 184-195. Disponível em: <http://www.scielo.br/epsic>. Acesso em: 06/06/2024.

FANTE, Cleo. A. Z. **Fenômeno Bullying: Como Prevenir a Violência nas Escolas e Educar pela Paz.** 2ª ed. Campinas, SP: Verus, 2005.

GONÇALVES, Mailson Bruno de Queiroz Carneiro. CHAGAS, Eduardo Ferreira. Teoria da Violência em Marx. **Revista Dialectus.** Ano 9 n. 16 janeiro – abril/ 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social / 6.ed.** - São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCON Marina de Andrade/ **Fundamentos de Metodologia Científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

BRASIL. Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 06/06/2024.

MODENA, Maura Regina. Et al. **conceitos e Formas de Violência.** [recurso eletrônico]: Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf.

NUNES, Antônio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying**: mentes perigosas nas escolas. / [2. ed.] - São Paulo: Globo, 2015.

SANTOS, Mylena Francielli. COSTA, Marli Marlene Moraes da. As práticas restaurativas como meio eficaz de solução dos conflitos escolares envolvendo o bullying. **Revista Jovens Pesquisadores**, 9(2), 3-14. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rjp.v9i2.13262>. Acesso em: 04/07/2024.

POSSA, Leandra Bôer. BRASIL, Neffar Jaqueline Azevedo Vieira de ASSIS. Um Panorama de Significados para Pensar a Violência na/da Escola. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0281-0296, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v17i1.14633>. Acesso em: 06/06/2024.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**/ São Paulo: Paulus, 2012.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/S4WmjGyW3Bqxd7Y6GYcPVhN/?format=pdf&lang=pt>.